



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

ATA DO XXIX ENCONTRO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS, REALIZADO NOS DIAS 04 A 06 DE MARÇO DE 2005.

As dez horas e quinze minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e cinco, no auditório do Museu Sacaca, situado à Avenida Feliciano Coelho, 1508 – Macapá – Amapá, reuniu-se o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, sob a Presidência do Desembargador Gilberto Pinheiro, Presidente do TRE do Amapá, tendo a mesa sido composta pelas seguintes autoridades: Desembargador Gilberto Pinheiro do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, Desembargador Maurílio Almeida de Abreu, Presidente do TRE do Espírito Santo; Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves, Presidente do TRE do Distrito Federal; Desembargador Carlos Prudêncio, Presidente do TRE de Santa Catarina; Desembargador Álvaro Lazzarini, Presidente do TRE de São Paulo; Desembargador Aristóteles Lima Thury, Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE do Amazonas; Desembargador Eliseu Fernandes de Souza, Presidente do TRE de Rondônia; Doutor Hugo Fernandes Levy Filho, Juiz Membro do TRE do Amazonas; Desembargadora Izaura Maria Lima, Presidenta do TRE do Acre; Desembargador José Artêmio Barreto, Presidente do TRE de Sergipe; Desembargador Paulo Augusto Monte Lopes, Presidente do TRE do Rio Grande do Sul; Desembargador Rafael Godeiro Sobrinho, Presidente do TRE do Rio Grande do Norte; Desembargador Raimundo Nonato da C. Alencar, Presidente do TRE do Piauí; Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes, Presidente do TRE do Pará; Desembargador Zami Machado Fernandes, Presidente em exercício do TRE de Pernambuco; Doutora Maria Catarina Ramalho de Moraes, Juíza Membro do TRE de Alagoas, representando o Presidente. Após a execução do Hino Nacional, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Gilberto Pinheiro, Presidente do TRE do Amapá e do Colégio de Presidente dos TRE's, fez o seguinte pronunciamento: "Reunimo-nos aqui, os Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais, cercados por figuras exponenciais de nossa Justiça e cultivadores do direito. Foi um sonho que povoou a mente deste cabôco que, mercê de Deus, tornou-se profeta em sua terra, pois nela voltou a fincar raízes. Tornou-se membro da Corte de Justiça e está novamente convivendo com sua gente e com seus companheiros de infância e juventude. Hoje o sonho realiza-se e eu posso, com os olhos às vezes umedecidos pelos estertores da emoção, rever a muitos e ver a alguns, mas sentir



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

em todos o calor da presença desejada e o andar do desejo de participação para que o nosso direito caminhe por trilhos que levem à senda da esperança de que nos encontraremos com dias acostados por céu de brigadeiros, sem nuvens que todem a esperança de sermos o orgulho de quem nos conhece. Já foi assim com o nosso sistema de votação premiado pela urna eletrônica. Muitos outros enxertos serão dados a conhecer, frutos de união de que nascerão, trazendo verdades reais como tenho a esperança, acontecerá neste nosso encontro. Quando se organiza um evento os primeiros passos são cercados de apreensões e até mesmo de dúvidas confortadoras. Este não foi diferente. O desejo de receber bem colocou-se à frente. E receber bem não significa apenas tê-los conosco por um certo espaço de tempo. Inicia-se com a organização do evento todo, a partir dos convites, do encaminhamento das petições e das palestras, até chegarmos, após alguns percalços, a colocar em prática tudo o que se idealizou. Finalmente aqui estamos hoje. Já posso sentir nas suas presenças o prêmio pelo sucesso do empreendimento e a certeza de que fizemos alguma coisa de útil. É certo que entre nós encontram-se muitos que, corriqueiramente, não se envolveram com assuntos jurídicos, principalmente da Justiça Eleitoral. É esta mais uma razão para nos envaidecermos. É a nossa gente, dos mais diversos setores e das mais diversas qualificações a buscarem, na trajetória de eventos, a cultura que envolve uma nação e engrandece um povo. De qualquer forma os que já conheceram a Justiça Eleitoral, que no trato com ela sentiram seus cabelos embranquecer e seus dorsos curvarem-se, que com ela conviveram por dias inteiros e por suas madrugadas, alguns falando, a seu respeito, outros apenas escutando, poderão transmitir a todos o desejo incontido de realizar, e bem, a Justiça Eleitoral do nosso Brasil. Que as forças todas que aqui se encontram deixem deslizar pelas plataformas do querer e somado aos seus conhecimentos e à férrea vontade de aprender ainda mais e transmitir o que colherem, àqueles que ainda desejam plantar. Que o nosso Estado do Amapá e, particularmente a minha querida Macapá, terra que hoje os recebe carinhosamente, possa deixar presente o que de há muito pretendiam fazer, isto é, envolvê-los em seu abraço amigo acompanhado de um sonoro e cativante sejam todos bem vindos". Após o seu pronunciamento, o Presidente do Colégio mencionou os fatos ocorridos no Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e que, no final dos debates, fará uma proposição sobre o assunto. Passou em seguida ao assunto da pauta que trata da devolução dos servidores, concedendo a palavra ao Desembargador José Neves, Presidente do TRE do Tocantins que saudou todos os presentes. Agradeceu ao Presidente do Colégio em conceder-lhe a palavra para falar sobre a devolução dos requisitados. Iniciou informando que oficiou ao Presidente do Colégio, no sentido



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

de entrarem em contato com o Presidente do TSE. Informou sobre a necessidade de ofício dirigido a todos os Presidentes e Vice-Presidentes dos Tribunais Eleitorais para cientificá-los da necessidade de afastamento de suas atividades nos Tribunais de origem, por se tratar de ano eleitoral que requer maior assistência ao referendo. Tratou do problema da escassez de servidores na Justiça Eleitoral. Informou que tal situação acontece por todos os Tribunais Eleitorais, demandando uma imediata intervenção do Colégio de Presidentes e também do Egrégio TSE. Fez referência que em alguns Tribunais não está havendo este problema de devolução de servidores, porque a maioria dos requisitados é advinda do governo do Estado. Ressalta que o fundamento utilizado pelo governo Lula, através de seu Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a devolução dos requisitados, encontra-se superado pela edição dessa nova resolução do TSE que confere o necessário lastro legal à prorrogação das requisições, até a data mencionada. Informou que enviou vários ofícios ao TSE relatando tal situação. Informou que o entendimento do Tribunal de Contas é no sentido da devolução imediata destes servidores, sob pena da não aprovação de contas dos gestores. Informou que os servidores requisitados do TRE da Paraíba impetraram mandado de segurança com liminares concedidas pela Ministra Ellen Grace e pelos Ministros Gilmar Mendes e Eros Graus ao entenderem que a presença do *fumus bonis iuris* está na edição da resolução 21.969/2005 e o *periculum in mora* na iminência do retorno dos servidores impetrantes. Em razão do conflito dos acórdãos do TCU e a Resolução 21.969/05, o Presidente do TRE da Paraíba tem conseguido manter os seus servidores. Ressaltou que a solução definitiva ocorrerá com a criação de cargos suficientes para a Justiça Eleitoral. Passada a palavra ao Desembargador Eliseu Fernandes de Souza, informou que não considera este ano como eleitoral sendo contrário ao afastamento dos Presidentes e Vice-Presidentes por causa do referendo. Informou que sabe da deficiência do quadro de servidores da Justiça Eleitoral, entendendo que requisitado não tem direito líquido e certo de ser requisitado. Tem procurado solucionar esta questão, por não se tratar de ano eleitoral, cumprindo a determinação do Tribunal de Contas e devolvendo os servidores requisitados. Entende que se deve enxugar as requisições para que o TSE providencie a composição do quadro efetivo. Posicionou-se com certa ponderação quanto às proposições. Dada a palavra do Desembargador Almeida Abreu, do TRE do Espírito Santo, manifestou-se dizendo que as resoluções baixadas pelo TSE têm força de lei, advindas do próprio Código Eleitoral, cabendo recurso especial de sua inobservância. Entende que há base legal para o requisitado lançar mão da ação mandamental. Quanto ao afastamento, entende que deverá ser considerada a



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

situação individual de cada unidade federada quando mostrar necessidade. Dada a palavra ao Desembargador Álvaro Lazzarini, este manifestou-se favorável à tese defendida pelo Distrito Federal quanto à questão do afastamento dos Presidentes neste ano do referendo. Dada a palavra ao Desembargador Carlo Prudêncio este posicionou-se favorável à manifestação dos Presidentes do TRE/DF e TRE/SP. Dada a palavra ao Desembargador José Eduardo, este se posicionou acompanhando tais proposições. O Presidente do Colégio entende que o TSE deve envidar esforços para que a nova composição das secretarias seja aprovada pelo Congresso Nacional. Quanto ao afastamento da jurisdição estadual, entende que deverá ser aprovada pelo TSE, podendo-se encaminhar proposição neste sentido. Acerca dos servidores requisitados, informou que a prorrogação de sua permanência vai até 31.12.2005. Propôs encaminhamento de proposição ao TSE para providências em relação a este assunto. Todos foram de acordo. Absteve-se o Desembargador Eliseu. Em relação à segunda proposição do afastamento, por unanimidade aprovou-se que não será norma obrigatória. Deverá ser considerada a peculiaridade e necessidade de cada Tribunal Eleitoral. Dada a palavra ao Desembargador Rafael Godeiro Sobrinho este fez referência às dificuldades para quitação do passivo relativo a 11,98% do URV. Quanto à incorporação de quintos, tal vantagem deve ser estendida a todos. Em se tratando do retroativo dos valores do divisor do servidor extraordinário, deve-se averiguar se os Tribunais vêm estendendo o benefício nos mesmos moldes. Propõe, ainda, que a gratificação do eleitoral atribuída ao Ministério Público seja desvinculada do orçamento dos Tribunais Regionais Eleitorais, matéria já debatida em outras reuniões. Por último, alteração do prazo de requisição de servidor para as secretarias dos Tribunais de um ano para dois anos e extensão dos benefícios auxílio alimentação, transporte e preche aos servidores das zonas eleitorais da capital e do interior. O Presidente do Colégio destacou que a incorporação de quintos já foi concedida por vários Tribunais e que o pagamento depende de orçamento. Em relação à gratificação do Ministério Público Eleitoral e a requisição dos servidores para dois anos, o TRE/AP já fez estas propostas que foram aprovadas. Informou que há uma Comissão para verificar seu andamento no TSE. O Presidente do TRE/DF informou que sobre a incorporação dos quintos será necessário fazer um trabalho junto ao TSE para o pagamento. Alertou que Colégio poderia fazer esta gestão junto ao TSE. Foi aprovada a proposição. Dada a palavra ao Desembargador José Neves, solicitou encaminhamento ao TSE de proposta para regulamentar o instituto da redistribuição. Não houve manifestação contrária. Aprovou-se a proposta por unanimidade. O Presidente do Colégio relatou os fatos ocorridos no TRE de Roraima e que expediu nota de repúdio contra atos que atentam contra o



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Estado democrático de direito. Dada a palavra ao Presidente do Colégio de Corregedores, este informou que "no início dos problemas de Roraima foi essa questão levada a debate dos Corregedores em Belo Horizonte e com a presença dos Ministros Peçanha Martins e Madeira, do TSE, naquela oportunidade, todos os Corregedores estavam presentes e tiveram a oportunidade de se manifestar e houve uma conclusão de que os Ministros presentes e somente o Corregedor Geral emvidou esforços para pacificar o problema de Roraima. Ao que parece as questões de agravaram depois. Então, penso que essa questão é do conhecimento do TSE e compete realmente a eles intervirem e dirimir os problemas". O Presidente do Colégio de Presidentes fez a proposição de que o TSE, como órgão máximo da Justiça Eleitoral, manifeste-se quanto à questão. Dada a palavra ao Desembargador Eliseu, disse que é preocupante a questão da busca e apreensão, porém, não se sabe os meandros da situação que ocorreu em Roraima. Entende que a manifestação do Colégio deve restringir-se à preocupação do ato drástico da busca e apreensão. O Presidente do Colégio informou que esta é a preocupação e que o Colégio deve defender a instituição. Dada a palavra, o Desembargador Lazzarini manifestou-se pelo posicionamento do Colégio, visto que foi um órgão do Poder Judiciário que foi invadido pela Polícia Federal para uma busca e apreensão determinada por um Juiz Federal de 1º grau, autoridade incompetente. Dada a palavra, o Desembargador Nívio Gonçalves manifestou-se para que o Colégio de Presidentes officie ao Tribunal Regional Federal para providências relativas ao Juiz Federal. O Presidente do Colégio declarou aprovada, por unanimidade, a proposição de encaminhar ofício ao TRF. Dada a palavra ao Desembargador Carlos Prudêncio este iniciou sua palestra intitulada "Eleição Eletrônica do Futuro". Afirma que a atual eleição eletrônica já está ultrapassada. Informou que a eleição que idealiza e apresenta produzirá resultados instantâneos e inquestionáveis, com a mesma segurança do atual sistema e com a vantagem de redução das pessoas envolvidas no sistema. Informou tratar-se de projeto é inovador que requer empenho, coragem e determinação para sua implementação. Na oportunidade apresentou protótipo da eleição do futuro. Ressaltar que o sistema proposto poderá ser interligado à internet e intranet superando as distancias, reduzindo custos e o tempo de espera pelo resultado final do pleito, além de garantir maior transparência. Informa que com a nova tecnologia não haverá mais seção eleitoral e sim terminal de computadores; empréstimos das escolas públicas e privadas, também órgãos públicos e privados localizados em pólos. A comunicação será efetuada por telefone, com tarifa de menor custo, cabendo às instituições repassarem as informações aos órgãos superiores. Informa que acerca da diminuição dos custos,



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

numero de pessoas envolvidas no processo eleitoral e maior rapidez na tabulação e contagem de votos, com absoluta segurança, imunidade à fraude e total transparência o que continuará garantindo a lisura do processo eleitoral. Em seguida, fez demonstrações das eleições com identificação biométrica e em rede, onde o eleitor vota tanto a nível nacional, como internacional. Em conclusão, essa reunião resume-se: a) na interligação de todos os sistemas de votação, desde a seção eleitoral até o TSE; b) no aproveitamento do voto do eleitor em trânsito; c) no aproveitamento das atuais urnas eletrônicas para a incorporação das novas tecnologias; d) na substituição do título eleitoral pelo smart card; e) na criação dos meios de votação; f) na aplicação do reconhecimento biométrico; g) na utilização da tecnologia de propagação de dados; h) na substituição das urnas eletrônicas por computadores; i) na utilização da comunicação via satélite; j) na diminuição dos gastos públicos; k) na redução de aproximadamente 60% do pessoal envolvido no processo eleitoral; l) na possibilidade do eleitor votar da sua própria residência, local de trabalho, embaixadas, mediante linhas convencionais, celulares, Internet e intranet. Solicitou ainda o registro de que essa idéia foi apresentada pela primeira vez, em forma de conferência, no Fórum Internacional de Direito Eleitoral e Penal da Amazônia, realizado na cidade de Macapá. Informa que nesta data, pela primeira vez, fora do Estado de Santa Catarina, e para uma audiência seletíssima, será apresentado o protótipo da eleição do futuro. Em seguida, foi dada a palavra ao Secretário de Informática do TRE/SC que iniciou a apresentação em slide, informando que o Projeto é de autoria do Desembargador Carlos Prudêncio e se chama Votação Eletrônica do Futuro. Informou que o projeto encontra-se no TSE há mais de um ano. Após os debates e perguntas para esclarecimentos de dúvidas e questionamentos, o Presidente do Colégio deu por encerrada a reunião, informando que no período da tarde, às 16 horas, haverá entrega de Certificados aos concluintes do Projeto ABC da Cidadania e da outorga da Comenda Medalha do Mérito Eleitoral, no Teatro das Bacabeiras. Após, convidou os Presidentes para um almoço. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Colégio de Presidentes deu por encerrados os trabalhos da reunião. E para constar, o Secretário do Colégio fez lavrar a presente ata, que vai assinada por ele, pelo Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, e pelos demais Desembargadores dele integrantes, na lista de presença que fica anexa deste termo.



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Desembargador Gilberto Pinheiro
Presidente do TRE/AP

Desembargador Honildo Amaral de Mello Castro
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE/AP

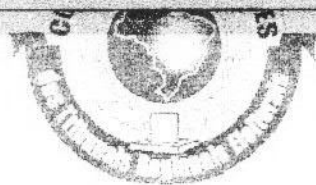
Desembargador Maurílio Almeida de Abreu
Presidente do TRE/ES

Desembargador Nívio Geraldo Gonçalves
Presidente do TRE/DF

Desembargador Álvaro Lazzarini
Presidente do TRE/SP

Desembargador Carlos Prudêncio
Presidente do TRE/SC

Desembargador José Gaspar Rubik
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE/SC



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Desembargador Aristóteles Lima Thury

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral do TRE/AM

Desembargador Eliseu Fernandes de Souza

Presidente do TRE/RO

Desembargadora Izaura Maria Maia Lima

Presidenta do TRE/AC

Desembargador José Artêmio Barreto

Presidente do TRE/SE

Desembargador Paulo Augusto Monte Lopes

Presidente do TRE/RS

Desembargador Rafael Godeiro Sobrinho

Presidente do TRE/RN

Desembargador Raimundo Nonato da C. Alencar

Presidente do TRE/PI

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes

Presidente do TRE/PA



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Desembargador Zamir Machado Fernandes
Presidente em exercício do TRE/PE

Doutora Maria Catarina Ramalho de Moraes
Juíza Membro do TRE/AL, representando o Presidente

Doutor Hugo Fernandes Levy Filho
Juiz Membro do TRE/AM